

NATAÇÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS: SONHOS DE MUITOS OPORTUNIDADE DE POCOS

COSTA, Denise Ferreira da¹
MACIEL, Solange Mantanher da Costa²
MOURA, Maria Aparecida da Silva³
OLIVEIRA, Maria Ferreira da Silva⁴
SILVA, Vanilda Aparecida⁵
WATHIER, Juliana Costa⁶

RESUMO

A natação é uma modalidade esportiva benéfica para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos em geral. Para o deficiente visual pode ser um dos melhores meios para a inclusão social e esportiva. Para isso, tanto para o deficiente visual quanto para as pessoas que não possuem a referida deficiência, é necessário trabalhar as etapas de familiarização ou adaptação, desenvolver habilidades básicas e específicas. Sendo assim, o objetivo do estudo foi identificar a possibilidade da pessoa com deficiência visual na prática da natação. Para isto, foi realizada uma revisão de literatura composta pelos trabalhos mais relevantes que trataram dos assuntos em questão nos últimos anos. Com a realização deste estudo foi possível perceber que a acessibilidade para a prática da natação pelas pessoas deficientes visuais ainda é muito precária no país, considerando que estes fazem parte da sociedade e deveriam ter as mesmas condições de acesso que toda a população.

¹ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: denise_ferreira014@hotmail.com

² Coordenadora Infantil na Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: solangecasacriador@hotmail.com

³ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: mouramaria07@gmail.com

⁴ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: m_ferreira_o@hotmail.com

⁵ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: Vanildaapsilva@hotmail.com

⁶ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Moraes. E-mail: julyana_wathier@hotmail.com

Embora deficientes visuais extraíam informação, predominantemente, pelo tato e audição, a intensificação desses sentidos parece não ocorrer naturalmente.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência visual, Inclusão, Natação.

1- INTRODUÇÃO

Atualmente, a preocupação relacionada à busca de meios para promover a melhoria na qualidade da vida dos indivíduos é constante. Nesse contexto, verifica-se que a prática de qualquer atividade física é benéfica. De acordo com o Colégio Americano de Medicina Desportiva (2003), atividade física é definida como o movimento corporal produzido pela contração do músculo esquelético que eleva substancialmente o dispêndio de energia. Por outro lado, o exercício físico é uma subclasse da atividade física e é definido como o movimento corporal planejado, estruturado e repetitivo executado com a finalidade de aprimorar ou de manter um ou mais componentes da aptidão física, referindo-se à qualidade de vida é preciso levar em conta alguns pontos a serem considerados.

Para o doente, qualidade de vida significa devolver, se não plenamente, aproximá-lo, o mais próximo possível do padrão original antes do adoecer, após uma intervenção (clínica ou cirúrgica). O conceito em questão leva-nos a entender que, além de aspectos objetivos, mensuráveis, deve-se obrigatoriamente incluir aspectos subjetivos que são individuais e mutáveis ao longo da vida de uma mesma pessoa, segundo aponta Fernandes (1996).

Levando-se em conta que segundo Rey (2002) todos os indivíduos com algum tipo de deficiência são reféns de atribuições e configurações sociais que os desconsideram como sujeitos ativos e construtores, é importante buscar meios para proporcionar ao deficiente visual melhorias na sua qualidade de vida.

Por tanto, as atividades de vida diária estão relacionadas às atividades de auto manutenção, higiene pessoal, alimentação, vestuário, locomoção, tanto na habilitação como na reabilitação, instrumentalizando as pessoas portadoras de alguma deficiência a administrar e qualificar essas atividades com autonomia e o máximo de independência.

São tarefas de desempenho ocupacional que elas realizam todos os dias, desde o momento em que acorda, até quando vai dormir, cujo desenvolvimento assegura o máximo de independência e satisfação frente às necessidades do cotidiano e promovem a auto confiança na realização destas atividades, proporcionando condições de conquistar o direito a cidadania.

Nesse sentido, cabe lembrar que a definição de deficiência visual tem sido revisada constantemente. De acordo com Veitzman (2000) é definida como uma disfunção com alterações funcionais que incluem as limitações de acuidade visual, campo visual, sensibilidade aos contrastes e visão de cores causadas por uma doença ocular, cujo critério foi estabelecido para fins epidemiológicos.

Conforme aponta Daltro (2004) os conceitos de deficiência, incapacidade e desvantagem, de acordo com a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, elaborada pela OMS, deficiência é definida como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Incapacidade para a referida autora é toda restrição ou falta (devida a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida em que se considera normal para um ser humano, ao passo que, desvantagem, de acordo com Veitzman (2000) é uma situação de menor prontidão (capacidade) do indivíduo, em função de sua deficiência.

Diante do exposto, pergunta-se: existe a possibilidade de inclusão do indivíduo com deficiência visual por meio de uma modalidade esportiva, promovendo assim melhoria na sua qualidade de vida?

Considerando a natação uma modalidade esportiva benéfica para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, o objetivo do estudo foi, através de uma revisão bibliográfica, identificar a possibilidade da criança com deficiência visual praticar a modalidade em questão.

A elaboração do estudo é importante porque busca adquirir novos conhecimentos e aprimorar os existentes no que se refere melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, além de possibilitar uma reflexão sobre temas atuais e muito debatidos atualmente, como inclusão social, por exemplo.

2. Deficiência visual

De acordo com Veitzman (2000) deficiência visual é a acuidade visual menor ou igual que 20/200 ou 20 graus após a melhor correção. A OMS classifica-a em categorias, ou seja, baixa visão LEVE está compreendida entre 20/60 a 20/80 pés; a MODERADA, entre 20/80 e 20/160 pés; a SEVERA, entre 20/200 a 20/400 pés; e a PROFUNDA entre 20/500 a 20/1000 pés. Para fins epidemiológicos, a cegueira, está compreendida na faixa de acuidade visual inferior a 20/400 pés.

Cabe apontar ainda que, grande parcela da população infantil possui deficiência visual congênita, definida como cegueira absoluta, adquirida por meio de doença infectocontagiosa, como toxoplasmose, sífilis, rubéola, dentre outras, acarretando enormes prejuízos à pessoa. A mãe adquire principalmente no primeiro trimestre da gravidez, pois o transporte placentário não possui nenhuma filtração, ou seja, não ocorre nenhuma seletividade das substâncias transportadas para o bebê. Assim, substâncias nocivas podem ser levadas até a pessoa, causando sequelas que podem ser irreversíveis, como é o caso da cegueira congênita.

Durante a realização das atividades em questão, o indivíduo com deficiência visual vai explorar a natureza de seus interesses, suas necessidades, capacidades, limitações, desenvolver habilidades percepto-motoras, e, aprender atitudes e comportamentos pessoais e sociais, conforme apontam Hugonnier et al (1989).

É importante lembrar que, todo indivíduo que possui qualquer tipo de deficiência tem direito a um tratamento especial de saúde ou à criação de programas que favoreçam melhorias em sua qualidade de vida, cuja promoção promove-lhes o direito de inclusão social. Levando-se em conta que a natação pode ser um meio capaz de promover a inclusão social do deficiente visual, conforme cita Oliveira (1993), Ribeiro (2002).

3. Inclusão social

O homem é um ser eminentemente social, conforme aponta Oliveira (1993) ressaltando que o mesmo só pode ser pensado pela e na relação com outrem, levando-nos a entender a importância da inclusão social.

Todo cidadão tem direito à inclusão social, evidenciando assim a missão de promover a realização de qualquer atividade de lazer envolvendo a satisfação de aspirações dos seus praticantes, uma vez que tais atividades procuram atender as pessoas no seu todo. Para tanto, é necessário conhecer as opções que o lazer oferece.

Diante disso, políticas e leis têm sido elaboradas, criando programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de pessoas com deficiência nos últimos anos, cujo parâmetro consiste em criar mecanismos que adaptem os mesmos aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de alguns deles, criar-lhes sistemas especiais separados, de acordo com Ribeiro (2002).

Refere ainda que, a legislação garante às pessoas com deficiência o direito à educação, à saúde, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Levando-se em conta que é possível promover a integração do indivíduo com deficiência através de atividades lúdicas, culturais, esportivas e recreativas, proporcionando-lhe, desta forma, divertimento, desenvolvimento pessoal, psíquico e social, cabe à família, escola, autoridades e comunidade garantirem espaços e oportunidades para que os mesmos possam usufruir de tais direitos.

Desta forma, verifica-se que é importante oferecer à criança com deficiência a oportunidade de praticar algum tipo de modalidade esportiva, como por exemplo, natação, uma vez que, através disso, é possível priorizar aspectos relacionados ao seu desenvolvimento global, ou seja, formação integral (aspecto cognitivo, pessoal e social).

Conforme aponta Betti (1991 e 1999), alguns princípios devem ser considerados para inserir o aluno na Cultura Corporal de Movimentos: inclusão, (não-exclusão), diversidade, alteridade, equifinalidade e formação/informação plena.

O princípio da inclusão ou da não-exclusão, indica que nenhum aluno pode ser excluído de qualquer aula procura garantir o acesso de todos os alunos às atividades propostas e o princípio da diversidade, que propõem uma Educação Física com conteúdos diversificados, não privilegiando, por exemplo, nenhuma modalidade esportiva, de acordo Darido (2005).

Nesse sentido, ainda de acordo com a mesma fonte, é preciso propor uma Educação Física na qual sejam considerados os princípios apresentados por Betti e levar em conta também os alunos portadores de necessidades especiais como, por exemplo, motoras, auditivas, visuais, respiratórias e etc., presentes no ambiente escolar.

4. Natação

Uma retrospectiva histórica permite-nos observar que desde a Antiga Grécia, o saber nadar era visto como importante meio, não só de ascensão social, como também mais uma arma de que o homem dispunha para sobreviver dentro de uma sociedade que tanto valorizava as práticas esportivas, de acordo com Sousa Sobrinho (2005).

Destaca ainda que o culto à beleza física, colocado em prática pelos gregos, fez da natação um dos exercícios mais importantes dentre as mais variadas modalidades esportivas dos jogos olímpicos gregos. Na Grécia antiga a natação fazia parte do treinamento dos soldados do império. Platão (428-7 a.C a 348-7 a.C) afirma que quem não sabia nadar não era educado.

É ressaltado também que muitos dos estilos de natação conhecidos e praticados hoje em dia não são exclusivamente de origem dos antigos gregos, pois algumas modalidades da natação atual são oriundas também dos estilos praticados pelos indígenas da América e da Austrália, nos primeiros jogos Olímpicos no sec. XIX.

Ainda de acordo com Sousa Sobrinho (2005), os indígenas australianos nadavam agitando as pernas perpendicularmente a superfície da água, onde foi adotado como o (crawl australiano) por Richard, já os indígenas americanos utilizavam o estilo da braçada de peito, este nado recebeu o nome de Trudgeon.

Conforme mencionado, a natação, é um dos esportes mais completos que existe, razão pela qual tal modalidade esportiva tem sido parte fundamental nas aulas de Educação Física.

Com relação a natação para pessoas com diferentes níveis de deficiências visuais, incluindo-se os cegos, cabe ressaltar que, inicialmente a aceitação foi muito difícil, devido ao grau de dificuldade de se colocar na água alguém que pouco ou nada enxerga.

No entanto, felizmente esse tipo de prática esportiva foi gradativamente sendo incentivada por meio de muitos profissionais pertencentes a alguns institutos, entidades, escolas e associações que realizam atendimentos às pessoas com deficiências visuais.

A metodologia e as práticas de ensino da natação para deficientes visuais a serem utilizadas dependerão de diferentes fatores, dentre os quais estão os objetivos que se pretende atingir; a idade do aluno; e, suas condições físicas mentais e afetivas. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os objetivos gerais da natação podem ser diversificados, tais como: reabilitador; utilitário; educativo; recreativo; social; e, competitivo, conforme orientações do Comitê Paraolímpico Brasileiro e aponta Cabestre (2008).

Embora a natação para os deficientes visuais nas escolas regulares possa ser praticada em conjunto com as turmas normais, não sendo necessário, portanto, a separação de turmas, Veitzman (2000) refere que é importante considerar a necessidade de se ter conhecimento de avaliações clínicas relacionadas a visão residual, para realizar adaptações de recursos ópticos especiais e/ou adoção de modificações no ambiente.

Por outro lado, Daltro (2004) refere que a disponibilização de atividades físicas adequadas, considerando os devidos cuidados depende da elaboração de um planejamento. Tal atitude pode ser benéfica não apenas para o educando portador de deficiência visual, mas para o conjunto de alunos, visto que a interação entre os indivíduos é um dos melhores meios para a inclusão e a reabilitação educacional, social e esportiva. No entanto, ressalta que é importante considerar as necessidades individuais, os interesses e habilidades presentes e as que se pretende trabalhar.

Assim sendo, de acordo com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (2006), antes de iniciar um trabalho de natação com alunos portadores de cegueira e/ou deficiência visual, o professor deve realizar uma avaliação específica e atenta para determinar o nível atual de desempenho do aluno.

Ainda com relação à natação, é exposto que muitos foram os benefícios já confirmados por técnicos, especialistas educacionais e médicos em função da prática de tal atividade. Dentre os benefícios, são citados os seguintes: o melhor aproveitamento do tempo livre, de forma sadia e divertida, evitando-se o sedentarismo; a ampliação das

relações interpessoais por meio de atividades em grupos; melhoria das condições física gerais; a melhora da coordenação e orientação espacial; a superação pessoal e melhora da auto-estima, e além de tudo isso, ainda pode-se evitar e prevenir doenças secundárias.

A natação para os cegos trabalha as etapas de familiarização ou adaptação, desenvolvimentos e habilidades básicas e específicas da mesma forma que para as pessoas normais. Trata-se de uma modalidade esportiva capaz de proporcionar desenvolvimento afetivo, ou seja, desenvolvimento, restabelecimento e melhora do autoconceito e da auto-estima, conforme relata Daltro (2004).

Refere ainda que, segundo Mazarini (1992), a autoconfiança na água adquirida pela criança, resulta em um comportamento mais sociável com seu professor de natação, com seus colegas e em suas atividades de vida diária.

A atividade física, de acordo com Gallahue e Ozmun (2001) proporciona força, resistência, coordenação e flexibilidade, entre outros componentes podendo afetar a qualidade de vida de maneira geral. Referem ainda que, os fatores que interferem no controle motor do equilíbrio e na coordenação, em conjunto com os fatores de produção de força, de agilidade, velocidade e energia, tendem a surgir como componentes que influenciam de maneira significativa o desempenho motor. Os fatores de controle motor possuem importância no início da infância, quando a criança está realizando a aquisição do controle de suas habilidades motoras fundamentais, que são manipulação, estabilidade e locomoção.

Diante disso, cabe ressaltar que de acordo com Daltro (2004), as atividades físicas são benéficas à saúde e prolongam a vida da população de maneira geral, pois possibilitam que se mantenham bons níveis de condicionamento físico.

Como a maior dificuldade destas pessoas se centra ao nível da compreensão do espaço e da motricidade (Mendonça & Miguel & Neves & Micaelo & Reino, 2008, p. 67) necessitam de uma constante educação sensorial bem como de orientação e mobilidade, para que a criança se torne autônoma. Se tal situação não acontecer, a pessoa cega pode não desfrutar de um conhecimento correto da mobilidade do seu corpo

e pode ter movimentos desajeitados, isto é, quando começar a andar, a pessoa pode ter dificuldade em equilibrar-se ou ter tendência a caminhar com os pés muito afastados.

Neste sentido, Bueno (cit. por Abreu, 1996, p. 16) acrescenta que “os problemas de orientação e mobilidade são decorrentes do não atendimento das necessidades básicas da pessoa cega”, propondo estudá-las em alguns aspectos: equilíbrio, postura, marcha, imagem corporal e orientação espacial. De facto, a aprendizagem dos conceitos de orientação e mobilidade pela pessoa cega faz-se de forma indissociável. Bivar et. al. (2003, p. 49) definem orientação como “consciência da posição do corpo no espaço e em relação aos outros objectos”.

No caso de pessoas com baixa visão, a orientação do deficiente visual é alcançada pela utilização da audição, aparelho vestibular, tacto, consciência cinestésica, olfacto e visão residual (Bruno & Mota, 2001, p.61). Pereira (cit. por Santos, 2012) descreve orientação como “um processo que o cego usa através de outros sentidos para o estabelecimento de suas posições em relação com todos os objetos significativos do seu meio circundante”.

Da mesma forma, Rosadas (2000) realizou um estudo de caso, cujos dados colhidos indicam os benefícios do esporte para a pessoa com deficiência visual, relatando que quando se proporciona maior condicionamento físico para o desempenho diário do corpo, a vida se torna mais longa para a mesma. Refere que a prática esportiva da natação para deficientes visuais consiste em adaptações e modificações nas regras, materiais e locais para as atividades, possibilitando a participação das pessoas portadoras de deficiência nas diversas modalidades esportivas. Segundo Santos (2012) desenvolver a orientação e mobilidade é outorgar à pessoa cega “condições de usufruir e exercer o direito de ir e vir com independência”. Vaughan (1998, p. 22)

Conforme aponta Ratey (2002) todos os indivíduos utilizam as mesmas áreas do cérebro que estarão sendo utilizadas no momento da execução do movimento. No entanto, segundo Kerbej (2002) a pessoa cega aprende melhor devido ao fato de orientar-se pelas vibrações do ar e da água, além de ter uma audição privilegiada.

O desenvolvimento motor, de acordo com Daltro (2004) ocorre em ambientes sociais, acontecendo, na maioria das vezes, por meio de brincadeiras, jogos, atividades e

esportes, cujas atividades são importantes para a socialização das crianças e adolescentes.

Portanto, a utilização da modalidade natação como atividade motora para pessoas com deficiência visual é sem dúvida uma das modalidades esportivas mais adequadas para verificar o processo de inclusão do deficiente visual no esporte devido as regras, as competições entre outros fatores que favorecem a inserção dessas pessoas no ambiente da atividade física. Além de ser altamente recomendável, pois este é um esporte que possibilita independência e autonomia ao seu praticante, além de trazer vários benefícios que estão ligados à segurança e à qualidade de vida, possibilita o encaminhamento para o ambiente esportivo competitivo, aumentando assim a auto estima do deficiente visual.

Relata ainda que, a atividade física possibilita o desenvolvimento moral, uma vez que possui regras e normas de condutas que devem ser seguidas pelos indivíduos participantes. Salienta que em 1981, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) lançou um guia de ensino pedagógico contendo várias informações sobre as principais disciplinas esportivas para pessoas com deficiência de forma geral, entre elas também a deficiência visual, sendo que uma das orientações contidas no referido documento se refere à adequação das atividades propostas, mencionando que o instrutor deve estruturar sua aula de tal forma que, dos exercícios fáceis e conhecidos, vai-se passando, devagar, para os mais difíceis e desconhecidos.

Conforme menciona Oliveira (2004) existe uma grande demanda de produção e intervenção dos profissionais de Educação Física em vários campos de atuação, tais como, escola, clínicas de reabilitação e re-educação, organizações não governamentais (ONG's), como APAE e similares, relacionados ao esporte adaptado e de rendimento, assim como nos cursos de formação de professores, cuja preocupação concreta envolve a pessoa deficiente e sua inclusão social.

Enfim, através do exposto é possível verificar que a natação é uma atividade física que pode trazer benefícios para a formação integral do indivíduo, principalmente para os que possuam deficiência visual, no entanto, a elaboração de um planejamento é primordial, conforme mencionado no decorrer do estudo.

5. Considerações finais

Pode-se dizer que o objetivo do estudo foi alcançado, pois conforme demonstrado, de acordo com a revisão bibliográfica o deficiente visual pode praticar natação, cuja atividade física traz benefícios relacionados ao desenvolvimento integral do mesmo, além de fornecer subsídios para a sua inclusão social.

Não resta a menor dúvida quanto à importância da elaboração do artigo, uma vez que foi possível adquirir novos conhecimentos assim como aprimorar os existentes. Foi possível verificar que são vários os benefícios proporcionados ao deficiente visual, em função da prática de tal atividade física, isto é, natação, desde que sejam consideradas as adaptações necessárias. A motricidade, por exemplo, pode ser estimulada e aprimorada por meio de atividades na água. É possível ainda, promover a existência de um clima onde o mesmo possa ampliar sua autoestima, por exemplo.

As experiências na área da Educação Física Adaptada são muito enriquecedoras. O convívio com os deficientes visuais permite identificação na prática dos conceitos defendidos por Sacks (1995) referentes ao paradoxo das doenças.

No ambiente da Natação, por exemplo, os deficientes visuais, sem enxergar nada ao seu redor são capazes de reconhecer o local, a partir da atenção voltada aos demais sentidos do corpo: enquanto o olfato capta a informação vinda do odor característico do cloro, a audição está voltada para os sons provocados pela movimentação da água. Dessa forma é notável a adaptação do organismo, que busca por outras vias, se adequar ao meio ambiente onde vive.

Durante a prática das atividades ficou clara a colaboração para o processo de desenvolvimento desencadeado pelos estímulos proporcionados. Torna-se evidente que quanto mais oportunidades e estímulos oferecidos aos deficientes visuais, maiores são as chances de enriquecer a bagagem motora e proporcionar independência e a reabilitação social.

Assim como os videntes, as pessoas com deficiência visual querem ser aceitas como indivíduos, sendo o comprometimento visual apenas uma de suas características pessoais, e não o traço que os define e justifique uma exclusão social. Estas são as possibilidades do convívio com a diversidade humana e o respeito às diferenças.

6. REFERÊNCIAS

A Importância da Natação para o Portador de Deficiência Visual. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Monografia de Especialização policop.). Alarcón, S. G. (2002).

ABDC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS. Natação/Regras. Disponível em: Acesso em: 6 set. 2001.

ACSM – AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. ACSM's exercise management for person with chronic diseases and disabilities. USA: Human Kinetics, 1997.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Caderno de Pesquisa, n. 77, p. 53-61, 1991.

AQUÁTICA PAULISTA, n. 89, p. 11, 2000.

BARBANTI, V. J. Dicionário de educação física e do esporte. São Paulo: Manole, 1994.

BARBOSA, T. **Para uma clarificação dos objetivos dos programas de natação para bebês.** ano 4, n. 15, ago. 1999.

Benefícios Da Atividade Física Para Pessoas Com Deficiência Visual: Contribuições A Partir Da Teoria De ErikErikson. Campinas: Faculdade de Educação Física (Dissert. de Mestrado policop.).

CATTEAU, R.; GAROFF, G. O ensino da natação. São Paulo: Manole, 1990.

CHICON, J, F, et al. **Educação Física e Inclusão: A Mediação Pedagógica do Professor na Brinquedoteca.** Movimento, v. 22, n. 1, p. 279-292, 2016.

COLWIN, C. M. Nadando para o século XXI. São Paulo: Manole, 2000.

CONDE, A. J. M. Atividades físicas adaptadas ao deficiente visual. Disponível em: . Acesso em 5 set. 2016.

CUNHA, N, H. S. **Brincando com crianças excepcionais.** In: FRIEDMANN, Adriana. A evolução do brincar. In: FRIEDMANN, Adriana et al. O direito de brincar: a brinquedoteca. 4. ed. São Paulo: Edições Sociais: Ed. Scritta: ABRINQ, 1998.

Da Educação à Intervenção Social. 1º vol. Porto: Porto Editora. Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). Metodologia de Investigação – Guia para autoaprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta. Catarino, D. P. G. (2010).

DELUCA, A. Proposta de uma natação consciente. Aquática Paulista, n. 88, p. 03, 2000.

Deportes para Ciegos y Deficientes Visuales. Málaga. Alves, J. S. (2011).

DRESCH, F. K. **A natação para pessoas com necessidades especiais.** Novo Hamburgo, RS, 2007

DUARTE, E; Lima, S. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: experiências e intervenções pedagógicas.** RJ, Guanabara Koogan S. A. 2003.

ESCRIBANO, C. C.; Alonso, M. A. V. **Programa para mejorar lãs relaciones sociales entre niños y jóvenes con deficiencia visual y sus iguales sin discapacidad.** Madrid, Gráficas Palermo. 2005.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Marília; SCHWARTZ, Gisele Maria. O papel do elemento lúdico nas aulas de natação. Revista Digital, ano 10, n. 86, jul. 2005.

Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora. Bruno, M. M. G. & Mota, M. G. B. (2001).

MIRANDA JR., E. H. A razão da multinatação. Aquática Paulista, n. 89, p. 3, 2000.

Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Dinalivro. Bivar, F. (et. al.) (2003).

O Desenvolvimento da crianças e do Adolescente. 4ª ed. São Paulo: Artmed. Comissão Europeia. (2007). Livro Branco Sobre O Desporto. Bélgica: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Daltro, A. C. B. V. (2004).

O Desporto em Matosinhos. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (Dissert. de Mestrado policop.). Cole, M. & Cole, S. R. (2003).

PELLEGRINI, A. M.; GONZÁLES, M. E. Q. Em busca de harmonia no comportamento motor. In: PELLEGRINI, A. M. Comportamento motor I – Coletânea de Estudos. São Paulo: Movimento, 1997, p. 1-10

Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. Vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Capul, M. & Lemay, M. (2003).

Revista Digital, Buenos Aires. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd17a/bebes.htm> Acesso em: 20 /08/2016.

SCHIMIDT, R.A.; Wrisberg, C.A. **Aprendizagem e performance motora**-O desenvolvimento de atividades utilizando os brinquedos e as brincadeiras nas aulas de natação podem ampliar as possibilidades de aprendizagem da criança. Porto Alegre: Artmed, 2001.

WINCKLER, C. **Atividade Físico-Esportiva para Pessoas Cegas e com Baixa Visão**. In: DUARTE, E; LIMA, S.. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: experiências e intervenções pedagógicas. RJ, Guanabara Koogan S. A, 2003. Abreu, J. R. (1996).